

Movimento indígena no Brasil: O papel das organizações Ticuna nesse percurso (Parte II)

Anderson Rocha de Almeida

RESUMO

A primeira parte deste texto foi publicada na Revista Zona de Impacto ANO 15 / 1 - 2013 - Janeiro/Junho. Este trabalho visa discutir as implicações da incorporação de modelos de organizações ocidentais implementado pelo povo Ticuna. Trata-se, portanto de traçar uma análise sobre a forma como esses modelos são incorporados e resignificados a lógica do grupo, focalizando o papel desempenhado pelos líderes do movimento nesse itinerário. A necessidade de se organizar diante de outros modelos que estabelecem outras formas de relações sociais teve implicação direta na organização social própria dos Ticuna, sendo que as discussões e negociações estabelecidas no interior do grupo se construam através de alianças e conflitos faccionais, que na maioria dos casos visavam o controle político das organizações. Dessa forma o movimento indígena Ticuna tem sido conduzido por grupos de alianças que se revezam no poder, tendo na figura de seus assessores e instituições pró-índio a base de sustentação de suas atividades.

Palavras chave: Povo Ticuna, organizações indígenas, movimento indígena, facções políticas.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TICUNA: DA IMPOSIÇÃO AO BILINGUISMO

A década de 70 no Brasil é o período em que os diferentes povos indígenas localizados dentro do território nacional irão se organizar em defesa de seus direitos que ainda não eram reconhecidos pela então política nacional. Caberá aos líderes indígenas o papel de dialogar com o Estado nacional e os múltiplos setores da sociedade civil. O objetivo principal dessa mobilização política dos povos indígenas estava pautado no reconhecimento jurídico-legal sobre a posse dos territórios por eles habitados. Dessa forma a luta pela educação e por uma melhor assistência a saúde entre os Ticuna, foi relegada a um segundo plano, mas continuaram esses dois pontos a serem debatidos nas reuniões e assembleias gerais.

Entre os Ticuna couberam aquelas lideranças que estavam à frente do movimento na luta pela demarcação de seus territórios a mobilização e o despertar para a organização na luta por uma educação laica e separada dos “princípios catequizantes”, “integracionistas”, “assimilacionistas” que eram desenvolvidos pelas missões religiosas e pelas políticas indigenistas do Estado Nacional, que tanto almejavam anular as diferenças étnicas, culturais, sociais, linguísticas presentes dentro de um Estado-Nação que reafirma sua unidade na negação da diversidade sociocultural dos povos indígenas e quilombolas.

Como consequência de todo um processo histórico marcado por uma “educação” apartada de sua realidade e orientada para a integração gradativa dos Ticuna a sociedade nacional, o povo Ticuna guiado por suas lideranças e, tendo a acessória de múltiplos agentes defensores da causa indígena, inauguram no ano de 1983 uma Assembleia Geral que reuniu cerca de 52 monitores, durante três dias de discussões na aldeia de Santa Inês no município de São Paulo de Olivença/AM. Vale ressaltar como afirma Paladino (2006, p.67) que pela primeira vez os Ticuna que davam aulas em três municípios do Alto Solimões (Benjamin Constant, Tabatinga e São Paulo de Olivença) e que na época eram chamados de “monitores bilíngues”, haviam se reunido para discutir questões inerentes a educação escolar indígena.

Durante essa Assembleia foram basicamente acordados os temas relativos aos convênios com as Prefeituras locais, com a FUNAI, a contratação e aos salários que deveriam ser pagos a eles, pois com exceção de alguns, a maioria dos monitores Ticuna bilíngues eram pagos pelas próprias comunidades, seja com produtos agrícolas, pescados ou caça.

Assim como na luta pela demarcação de seus territórios os Tikuna tinham que lidar com as pressões políticas locais, sejam aquelas levadas a cabo pelo órgão Tutor (nessa época a FUNAI) ou por pressões dos prefeitos e vereadores dos municípios das quais suas comunidades faziam parte. Sendo assim os assessores indígenas exerciam uma função primordial para os Ticuna, a de decodificar para os termos (linguagem inelegível) do povo Ticuna a linguagem compartilhada pelos “brancos”.

Um exemplo que mostra não estar satisfeito o poder local com a mobilização política dos Ticuna se refletiu em uma reunião realizada na comunidade de Porto Cordeirinho, no ano de 1981. A concretização dessa reunião só não foi possível como descreve Paladino (2006, p.69), já que os chefes de postos receberam ordem da Ajudância do Alto Solimões, que ainda vinha se apondo a essas reuniões, para pressionar os capitães a fim de que estes não comparecessem.

Assembleia Geral que ocorreu em 1983, apesar dos encontros e desencontros vivenciados pelos líderes Ticuna que estavam vinculados e aliados a múltiplos agentes e

agencias na época, foi uma tentativa que tinha como pretensão mudar o panorama relativo ao pagamento que lhe era oferecido pelas Prefeituras Locais. Apenas alguns poucos professores recebiam remuneração, exceto aqueles monitores pertencentes ao município de Benjamin Constant que em princípios do ano de 1978 havia firmado um convenio com o Campus Avançado do Alto Solimões e a FUNAI, sendo que esta última era quem repassava o dinheiro a Prefeitura municipal.

(...) Com respeito à situação de professores dos outros municípios, alguns poucos recebiam alguma remuneração a partir da sua vinculação com a Prelazia, o MEB ou a Igreja Batista, os quais conseguiam para eles contratos com as prefeituras; no entanto, esses contratos eram instáveis e dependiam das relações dos índios com aqueles agentes e deste com os políticos do momento. (PALADINO, 2006, p.70)

Foi à vinculação dos Ticuna a essas instituições que lhes possibilitou a conquista de uma alfabetização que ia, em sua grande maioria, até a 4ª série. Por isso que aquelas lideranças do movimento e que hoje muitos deles ainda permanecem em seus cargos, tinham um status e legitimidade diferenciada para falar em nome do povo Ticuna, já que o domínio parcial do português era condição “*sine qua non*” para estabelecer um diálogo mais horizontal com o Estado e a sociedade nacional.

Englobados dentro de uma gama de relações sociais muito complexas as lideranças do movimento pela educação, orientados por seus assessores iniciam em 1985 de uma forma mais contundente um processo que ampliava seu leque de atuação. Temas anteriormente não invocados passam a estar inseridos dentro da agenda política das reivindicações do povo Ticuna, como por exemplo, o estabelecimento de cursos de capacitação para o magistério, já que a demanda pelo ensino escolar aumentava a cada dia. Consequentemente havia a necessidade de uma reciclagem dos professores indígenas.

Era nítido que a escola constituída pela FUNAI em território Ticuna vinha mais para amenizar a “ira” de alguns, do que formular uma orientada para a realidade, especificidade e necessidade do povo Ticuna. Essa atuação da FUNAI podia ser vista de forma exemplar nas ações encarregado Manuel Pereira Lima ou simplesmente “Manuelão”, que dava ênfase nos rituais cívicos e nos aspectos formais, como o prédio e o mobiliário escolar, os uniformes, a

disciplina na sala de aula (Paladino, 2006, p.73), atitudes estas comprometidas com a “integração do índio a sociedade brasileira e a torná-los Consequentemente cidadãos brasileiros”.

Uma das tendências gerais a não-realização de seus objetivos pelo Estado nacional e governo local, era a mobilização de organismos bilaterais, ONGs, instituições de fomento e entre outras, que pudessem dar respostas imediatas a seus anseios. Isso significa que eles cotidianamente expandiam as suas redes de relações e alianças, num movimento que tendia a se fortalecer a cada convênio.

Houve casos em que o patrão na ânsia de subjugar os Ticuna aos seus mandos tentou inserir nas escolas Ticuna parentes ou aliados seus, isso dava a entender que a educação, assim como os antigos castigos físicos, o movimento da Santa Cruz, em outros moldes serviria como um mecanismo de aprisionamento dos Ticuna aos desejos do patrão. Mas isso não foi possível, pois os Ticuna já haviam aprendido (na prática) nas múltiplas de relações de contato interétnico, como se desvencilhar das “garras” do patrão. A escola passou a ser o instrumento que lhes proporcionaria a construção de uma nova situação histórica.

Todo o processo que passava a ser construído a partir do final da década de 70 e início de 80 do século XX em relação à luta pela implantação de uma educação escolar diferenciada, terá seus primeiros reflexos a partir do momento em que os monitores bilíngues passam a ser responsáveis pela condução da educação escolar em suas comunidades, isso Consequentemente implicava numa melhor capacitação dos professores indígenas.

Assumir a condição de professor indígena, especialmente numa situação em que se evidenciavam ascensões sociais vinculadas a setores distintos como o Distrito Sanitário Indígena (DSEI-AS), Prefeituras locais, Postos de Saúde Indígena etc., seria, sobretudo adquirir uma visibilidade associada a uma autoridade diferenciada, da qual o prestígio lhes garante um status também diferenciado frente a outras lideranças. Como extensão a essa situação estava o desejo pela remuneração, sendo que este último fator era uma consequência das relações comerciais e de troca historicamente encapsulada sob as relações sociais Ticuna, levadas pelos padrões seringalistas, regatões, comerciantes colombianos e entre outros que despertaram nos Ticuna o desejo pela aquisição de dinheiro como um mecanismo que eles utilizavam para se “igualarem” aos brancos.

O ano de 1986 é o período em que os Ticuna irão instituir de forma materializada a Organização dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB). Essa organização desempenhou um papel decisivo na implantação de escolas orientadas para o diálogo entre o “conhecimento tradicional Ticuna” e o “conhecimento ocidental” num movimento que tendia a revitalizar a

identidade étnica de seu povo. A artista plástica Jussara Gomes Gruber tem uma contribuição bastante decisiva na construção e operacionalização dessa organização, ajudando na elaboração do Estatuto e Projetos a serem desempenhados por essa organização.

A OGPTB foi fundada por 64 professores e 44 caciques oriundos das cidades de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, entre os dias 8 e 10 de dezembro de 1986, sendo essa reunião realizada na comunidade Paraná do Ribeiro. Nesse instante foi de suma importância a participação e apoio de Pedro Inácio Pinheiro, capitão-geral e presidente do CGTT na época.

Nessa reunião tratou-se logo de eleger a Diretoria da nascente Organização dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB), para tanto se candidataram nove professores Ticuna, a saber, Nino Fernandes, Alirio Mendes de Moraes, Reinaldo Otaviano do Carmo, Jordão Flores, Erâncio Pereira Guedes, Santo Cruz Mariano Clemente, Francisco Julião Ferreira e Quintino Emílio Marques. Os cerca de 108 professores e caciques presentes elegeram o professor Nino Fernandes para o cargo de presidente e Alírio Mendes como vice.

A vitória do professor Nino Fernandes, mais acima de tudo do povo Ticuna, esteve intimamente ligada ao peso político de sua família, as alianças que ele estabeleceu com outras famílias e, a sua vinculação a atores externos. Isso significa que em momentos de “escolha” para ocupação de cargos de chefia entre os Ticuna tinham-se um universo repleto de articulações agora, feitas no interior do próprio povo Ticuna, se diferenciando em certa medida da organização na luta “pra fora”.

A mobilização da OGPTB, que contou com a assessoria de Jussara Gomes Gruber, consolidou o Projeto Educação Tikuna, cujo objetivo principal foi à formação dos professores, dividido em duas etapas. A primeira realizou-se no período de 1993 a 1997, para oferecer aos professores indígenas o ensino fundamental. O curso aconteceu no centro de Formação de Professores-Toru Nguetatau (em português “Nossa Casa de Estudo”), construída na aldeia de Filadélfia, e formou 212 professores. A segunda objetivou a formação em ensino médio, habilitando 230 professores ao magistério (CRUZ, 2006, p.11)

Como a OGPTB assim como o CGTT ainda não possuía um prédio fixo, mais uma vez o prédio do Centro de Documentação do Alto Solimões- Centro Magüta, localizado na Avenida Castelo Branco, no município de Benjamin Constant irá ser a sua sede.

Só a partir de 11 de janeiro de 1988 que os membros da OGPTB irão elaborar um Regimento Interno, relativos às questões que tinham como princípio dar apoio e sustentação a organização, as escolas e aos professores das comunidades Ticuna. No ano seguinte em 1989 e 1991 o professor Alírio Mendes assume a organização, sendo que em setembro deste último ano o professor Nino Fernandes reassume a presidência, a partir de uma reunião realizada na comunidade de feijoal, mas desta vez o professor Carlindo Macário Manduca é o novo vice-presidente.

Com o reconhecimento oficial do monitor Bilíngue como um sujeito capaz de conduzir o ensino em suas comunidades, a OGPTB passa a incluir em sua agenda discussões e reivindicações acerca de currículos escolares diferenciados que atendessem a realidade do povo Ticuna.

Em muitos casos ser contratado pelas prefeituras locais, não indicava uma mudança muito significativa para os monitores Bilíngue. A FUNAI como instituição jurídica voltada para atender os povos indígenas ainda não havia dado respostas convincentes aos Ticuna, pois nem a construção de escolas e as posteriores contratações ainda não haviam se processado. Essa pressão sobre o órgão tutor é uma amostra significativa das implicações causadas por uma atuação paternalista frente aos povos indígenas no Brasil que criou toda uma geração extremamente vinculada à mobilização do órgão, entendendo que ele era o único capaz de dar respostas plausíveis as suas reivindicações.

Desde a sua criação a OGPTB tem refletido sobre a importância do ensino escolar como ponte de aproximação entre a escola, o professor e a comunidade. Com a formulação do Projeto Educação Ticuna, esses três setores terão um papel fundamental na construção de um ensino escolar pautado na diferença e, sobretudo na revitalização étnico-cultural Ticuna.

Sistematicamente os anciãos foram sendo congregados ao universo escolar, a saber, as suas narrativas sobre a cultura de seu povo eram mapeadas no sentido de conceber algumas palavras que como afirma Joceline Gomes Cruz (2006, p.11-12) como um auxílio aos professores em sala de aula e proporcionou aos jovens o interesse pela cultura Tikuna, aproximando os anciãos dos jovens através da educação escolar.

... Outra ação representativa foi à distribuição de diferentes materiais didáticos escritos na língua Tikuna, abordagem de assuntos referentes ao meio ambiente, à saúde, à terra indígena e a outros temas relacionados ao cotidiano da etnia, os quais viabilizaram uma maior aproximação entre os professores e as comunidades. (CRUZ, 2006, p.11-12)

O Centro de Formação de Professores Ticuna-Toru Nguépatou (que traduzido ao português significa “nossa casa de estudos”) foi construído no ano de 1993, na aldeia de Filadélfia pertencente à terra indígena Santo Antonio. A construção desse centro só foi possível graças aos recursos doados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola-FIDA. Como na ocasião o Centro não possuía personalidade jurídica, o recurso acima citado foi repassado à conta do Centro Magüta, mas sendo administrado pela OGPTB. Para os professores Ticuna a simples criação do Centro de Formação não era o suficiente, era preciso, portanto formular um Estatuto que lhes garantisse a condução dos rumos da educação levada ao povo Ticuna, sendo ela mesma responsável por firmar os convênios com instituições de fomento. Essa proposta se viabilizou, portanto em maio de 1994, sendo o Estatuto registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Benjamin Constant/AM.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 os Ticuna assim como muitos outros povos indígenas no Brasil verão em forma de lei realizadas as reivindicações por eles formuladas. Isso significa que o Estado passou a adotar outra postura diante da mobilização política dos povos indígenas que exigiam do estado políticas diferenciadas que atendessem as suas peculiaridades.

Apesar de todo um ganho vinculado a construção de escolas nas comunidades Ticuna, a OGPTB tem atuado de uma forma bastante cautelosa diante dessa nova conjuntura, ou seja, a escola se inscreve dentro das relações sociais dos Ticuna de tal forma que ela acarretará toda uma reorientação territorial, assim como o despertar para a ocupação de novos cargos que eram historicamente exercidos pelos brancos, bem como as constantes cooptações de lideranças a interesses diversos. Com isso a OGPTB tem pensado uma escola capaz de atribuir um suporte que esteja sob a “tutela” dos Ticuna e não contra eles. Esse universo de relações de poder e cooptação de lideranças também poderia se ver com os Ticuna no Estado Colombiano.

La realidad demuestra que los procesos de fortalecer una Educación propia por parte de los indígenas son lentos, ya que confluyen e

intervienen muchos intereses y actores: La Iglesia, los políticos locales, las organizaciones indígenas nacionales, organizaciones no gubernamentales y las instituciones del estado. (GONZÁLES, 2000, p. 73)

Desde a implantação do ensino escolar nas comunidades Ticuna até os dias de hoje, muitos daqueles que procuram se apropriar desse ensino dividem seu tempo entre as atividades na escola, o apoio a seus pais no plantio e colheita da mandioca e outros produtos agrícolas, bem como a dedicação a caça e a pesca. Portanto a de se convir que o ensino escolar em muitos casos e, sobretudo diante daqueles que desejam morar na cidade e lá “construir seu *futuro*” afasta os Ticuna de seu convívio familiar, das relações sociais de seu grupo e lhes insere cotidianamente em um ciclo de relações que tem por princípio a valorização do indivíduo em detrimento do coletivo.

Diante dessa e de muitas outras situações a OGPTB tem atuado e direcionado suas atividades para a formação de profissionais educadores que sejam comprometidos com a realidade e a luta política de seu grupo. Em muitos casos, aqueles que por diversos motivos insistem em sair da comunidade para viver na cidade tem sua personalidade posta em suspeita, sendo atribuída a ele a falta de um compromisso com o seu povo. (Paladino, 2006, p.83)

As iniciativas da OGPTB seguem as determinações da Constituição Federal de 1988 e os principais documentos posteriormente elaborados pelo Ministério da Educação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (20/12/1996), Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena- aprovadas em 14/09/1999 pelo Parecer 14/09 e normatizadas na Resolução No. 03/99 (CEB/CNE)-, Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 de 09/01/2001), entre outros. (POJETO DE CURSO DE LICENCIATURA PLENA PARA PROFESSORES INDIGENAS DO ALTO SOLIMÕES, OGPTB, 2004, p.6)

A atuação da OGPTB tem obedecido à risca os princípios constitucionais do Estado Nacional que regem o ensino escolar no país, mas com uma boa dose de implementação e aplicação de um ensino específico, diferenciado, que está intimamente ligado a realidade do povo Ticuna. Essa aplicação de um ensino escolar diferenciado está ancorado nas diretrizes estabelecidas no Decreto nº 26 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre a educação indígena no Brasil e pela Portaria Interministerial MJ e MEC nº 559 de abril de 1991 e entre outros.

A partir do instante em que o Estado Nacional reconheceu os povos indígenas como sujeitos de direitos e atores políticos ativos nos debates das políticas nacionais que lhes afeta, abre-se um espaço privilegiado para o surgimento de novas demandas, estas por sua vez surgem como consequência das discussões coletivas acordadas no interior dos povos indígenas. No caso dos professores indígenas Ticuna até então categorizados como monitores Bilíngue, a concretização de seus objetivos relativos a implantação de cursos de capacitação para o Ensino Fundamental e Médio em suas comunidades ocorrerá a partir do ano de 1993 sendo formado um número de 212 professores no Ensino Fundamental e, destes 212 apenas 204 concluíram o curso de Ensino Médio entre os anos de 2001 e 2002.

Concomitantemente a capacitação de professores Ticuna ao Ensino Fundamental e Médio, ocorrerá de modo simultâneo a implantação de algumas escolas estaduais que oferecem o ensino médio em algumas comunidades Ticuna. Pra ser mais preciso, naquelas comunidades em que há uma maior densidade demográfica. Com isso tem-se uma nova mobilização de estudantes Ticuna, estes em sua grande maioria residentes em comunidades menores irão residir nessas comunidades maiores que lhes oferecem a oportunidade de permanecer em meio ao seu povo e ao convívio familiar.

Tendo em vista um progressivo aumento da procura pelo Ensino escolar e, a necessidade de estabelecerem um nível equiparável aos professores não indígenas, para saírem daquela rotulagem que lhes vincula a uma condição de “incapazes”.

Os professores Ticuna mobilizados pela OGPTB formulam um projeto de Curso de Licenciatura Plena em parceria com Jussara Gruber, esse por sua vez tem sua primeira proposta enviada a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) no ano de 2004.

Essa mobilização em torno de um curso de nível superior demonstra muito bem o interesse dos professores Ticuna em assumir de uma vez por todas a condução integral do ensino escolar em suas comunidades, garantindo um ensino que esteja no mesmo patamar que aquele encontrado na cidade.

Esse curso de Licenciatura tem desde a sua formulação uma pretensão muito clara, formar um número considerável de professores que a longo prazo viessem a estar formando

gerações de estudantes Ticuna mas capacitados, tanto para atender as demandas de seu povo, quanto as expectativas do mercado existente fora da comunidade. Não é de se surpreender que os primeiros professores e estudantes ao se formarem tiveram muito mais chances de serem contratados por órgãos como a FUNAI, FUNASA, DESE-AS, entre outros.

De uma maneira geral esse Curso de Licenciatura formulado pela OGPTB está dividido em dois períodos, o primeiro tendo como princípio uma formação básica de dois anos e meio, o segundo de caráter específico tem uma duração de dois anos. Sendo que o mesmo abrange três grandes áreas de estudo: Estudos de Linguagem; Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas.

Dentro de todo esse universo escolar a OGPTB tem desenvolvido propostas que de maneira exemplar tem dado sustentação ao ensino escolar instituído em suas comunidades. Sem dúvida uma de suas maiores conquistas foi ter aproximado, em certo período, os velhos dos mais jovens, estabelecendo assim um diálogo de saberes que num sentido mais amplo estava direcionado para um objetivo comum, a valorização da cultura Ticuna. Como consequência dessa aproximação vários livros didáticos foram produzidos tanto no português quanto na língua Ticuna.

Cabe destacar que, desde a criação da OGPTB até o presente momento, uma produção significativa de materiais didáticos na língua Tikuna, cartilhas, cartazes, livros, apostilas, jogos- foi elaborada pelos professores, assessorados por Jussara Gruber, e publicada com o apoio do MEC. Dentre os livros publicados destacam-se o *Werigü aru Are* (O Canto dos Pássaros), o *Cururugü Tchiga* (Histórias de Sapos), O livro das Árvores e o de Saúde Bucal. (CRUZ, 2006, p.13)

Sem dúvida o ensino escolar entre os Ticuna revestido sob o conceito de bilinguismo tem enfrentado até os dias de hoje um problema advindo da superposição da escrita em relação à oralidade. Como bem destaca Abreu Bruno (2006, p.261), o bilinguismo se sustenta como projeto político, tendo nos signos e na escrita os instrumentos necessários à formulação e à reprodução dos discursos que advogam em sua defesa, para criar o seu próprio “atestado de neutralidade”. Nesse sentido, os professores mobilizados pela OGPTB eram criticados pelos capitães (esses líderes do CGTT) por privilegiarem a escrita em detrimento de um conhecimento oral compartilhado por seus anciãos, pois esse conhecimento havia de ser o fio

condutor para se chegar a um domínio do universo da escrita, não o inverso. Segundo Abreu Bruno (2006, p.262) a utilização sistemática da escrita pelos professores ampliou a distância entre suas práticas políticas e as dos capitães, para quem a oralidade possui ainda expressivos significados históricos e culturais.

Ainda que a iniciativa da OGPTB em levar as histórias, os mitos, a língua até a escola demonstre um avanço significativo na valorização da cultura de seu povo. A forma como é introjetada esses signos é que não tem dado respostas esperadas, já que como afirma Abreu Bruno:

... os mitos ao serem reduzidos a simples apêndices de uma determinada “disciplina escolar” - geralmente língua portuguesa- os mitos, aprisionados entre horários e espaços para serem “ensinados”, perdem a capacidade de transformarem as novas leituras sobre a realidade em interpretações mais complexas e deixam de realimentar aquilo que alguns “assessores” em educação indígena costumam denominar como “saberes tradicionais”. (2006, p.265)

Nos últimos anos a direção da OGPTB tem se acomodado na problematização do ensino nas escolas Ticuna, isso se deve em certa medida por todos aqueles ganhos obtidos no início da luta inaugurada nos fins dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX. Em outros casos essa acomodação se dá pelas constantes contratações da qual os dirigentes de organizações são alvo, dando a entender que o benefício, o ganho individual e a cooptação por políticos locais tem fragmentado o poder político da OGPTB.

Assim como ocorreu no caso dos capitães ligados ao CGTT que tinham poder e legitimidade para falar em nome de seu povo muito restrito as suas comunidades de origens e alianças. No caso dos professores Ticuna, os que atualmente estão à frente da OGPTB passaram a “travar uma briga” com os antigos dirigentes da organização, alegando que estes últimos restringiam o acesso aos projetos e o poder de decisão as suas comunidades. Mesmo que isso não esteja muito claro, existem elementos que nos ajudam a refletir sobre a questão é o caso do Prédio Toü Ngüepataü (Nossa Casa de Estudos) e sua respectiva Biblioteca que geralmente só funcionam quando está se desenvolvendo o Curso de Licenciatura. Essas atitudes só tendem o fragmentar o poder político da OGPTB, sendo que quem sofre as consequências desse embate não é o indivíduo e sim toda a coletividade.

OMSPT E OSPTAS: A LUTA POR UMA ATENÇÃO A SAÚDE EFICAZ

O contato estabelecido com as diferentes frentes de expansão de fronteiras nacionais, assim como os colonizadores europeus, seringalistas e entre outros, acarretou mudanças significativas na organização social dos Ticuna. No século XVII o Alto Solimões como um todo, com algumas ressalvas, foi atingido pela epidemia de varíola, tendo sido os Omágua severamente afetados por ela. Os Ticuna por sua vez foram menos atingidos por estarem situados nas cabeceiras dos igarapés (Bruno, 2008, p.81).

Um século após os primeiros casos de varíola, o século XIX assim como nas primeiras décadas do século passado a varíola continuou sendo registrada na região do Alto Solimões (Bruno, 2008, p.86). Nesse instante a propagação da doença era muito mais intensa devido a reorientação de ocupação do território e, por outro lado as relações de trocas comerciais contribuía para a incorporação gradativa de objetos, utensílios, alimentos (esse último em sua grande maioria enlatados) que passaram a constituir um ambiente altamente propício a propagação de epidemias.

Necessitados de uma atenção à saúde que estivesse pautada na realidade e especificidade de seu povo, os Ticuna estiveram durante todo o final do século XIX e, até a primeira metade do século XX a mercê da própria sorte, tendo na figura dos pajés o único refúgio para a resolução das doenças que lhes afetavam. A atuação do órgão protecionista, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no universo da saúde Ticuna se concretizará a partir do ano de 1985.

Desse modo, apenas no início de 1985, uma equipe de saúde da FUNAI composta por um médico, uma enfermeira e duas dentistas foi enviada ao Alto Solimões para atuar no campo da saúde dos Tikuna, constatando um quadro de carência geral, no qual praticamente inexistia qualquer tipo de assistência(...) Diante deste quadro, a equipe do atendimento emergencial realizado, compreendeu que a redução dos problemas de saúde oral entre os Tikuna deveria estar pautada na formação de recursos humanos dentro do próprio grupo indígena. Perspectiva esta que coincidia com o desejo latente entre estes ameríndios no que se referia à autonomia na busca de resolução de seus próprios problemas. (BRUNO, 2008, p.98)

Inseridos dentro de uma gama complexa de relações sociais, políticas, econômicas e religiosas, os Ticuna foram alvos de movimentos religiosos como a *Association of Baptists for World Evangelism* e Prelazia do Alto Solimões na década de 60, que de uma maneira articulada ampliam suas ações para o campo da saúde. A ampliação da atuação desses dois movimentos tinham como pretensão maior a incorporação e manutenção de um número cada vez maior de seguidores. Isso significa que a disponibilização de vacinas, as remoções em hidroaviões de enfermos Ticuna para as cidades ou ainda a implantação de uma farmácia (Bruno, 2008, p.99) não estavam direcionadas para a capacitação ou mesmo orientação para profissionais Ticuna. O que aconteceu na maioria dos casos foi a implantação de uma atenção a saúde que tinha suas fronteiras nos seus adeptos, ou seja, tanto no caso da Missão Batista quanto da igreja Católica através da Prelazia do Alto Solimões, as suas ações se resumiam aquelas comunidades que seguiam os princípios das mesmas.

Mesmo já desvinculados do subjugo dos patrões os Ticuna irão vivenciar no ano de 1988 a ira de um patrão seringalista chamado Oscar Castelo Branco, esse último presenciando toda a mobilização dos Ticuna em prol da demarcação do território por eles reivindicado, reúne seus “capanga” e brutalmente assassina 14 índios Ticuna, entre os que estavam homens adultos, jovens, crianças e mulheres. Essa chacina é conhecida como o “Massacre do Capacete”. Segundo o Agente Indígena de Saúde José Araújo Mendes da comunidade de Umariacú II...*Quando em ano de 1988 houve um massacre dos Ticunas Capacete, que todos nós sabemos...onde nesse dia era uma coisa tão...onde todos os povo ficaram assim surpreendido com esses fatos que ocorreu. Depois quando as lideranças nossas aqui da nossa região do Alto Solimões foram em Brasília pra resolver esse acontecimento de massacre...foram em Brasília pra resolver essa questão de massacre onde foram atendidos na época pelo Deputado Ulisses Guimarães.*

A mobilização de várias lideranças Ticuna em torno do território e da educação havia possibilitado ao povo Ticuna uma visibilidade política no cenário nacional e internacional. Dessa forma foi possível pressionar o governo brasileiro para que ele viesse a atuar de maneira mais satisfatória na região do Alto Solimões. Como consequência de toda essa mobilização os Ticuna elegeram uma comitiva formada pelos líderes Constantino Ramos Lopes, Nino Fernandes, Pedro Inácio Pinheiro e Pedro Mendes Gabriel e, em agosto de 1988 esta mesma comitiva lançava a publicação “A lágrima Ticuna é uma só” - dossiê sobre o massacre no Rio de Janeiro. (Bruno, 2008, p.40-41)

O “Massacre do Capacete” havia despertado nos Ticuna todo um imaginário frente à

figura antiga do patrão que ainda se mantinha tão viva em suas memórias. Esse mesmo acontecimento tão negativo aos Ticuna e, que eles procuram durante todos esses anos apagarem de suas memórias, evidenciou o poder de organização política desse povo, já que os dirigentes do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) firmaram um convenio com a Faculdade de Medicina da UFRJ, e desse convênio ficou estabelecido pela Universidade que no princípio do ano de 1989 um grupo de médicos e pesquisadores realizariam um “diagnostico de saúde do povo Ticuna”.

Aí fizeram convênio com Universidade e o Conselho Geral da Tribo Tikuna na época, 88 a 89. Então nesse pedido o convenio que foi feito no mesmo ano(...) de Rio de Janeiro vieram uma equipe de médicos e profissionais pra fazer uma pesquisa de todo Alto Solimões para verificar qual era as doenças que atingiam o povo Ticuna. Aí quando eles estavam nas aldeia eles falaram que poderia ter um ou dois já pra participar de um curso, na época eles chamavam Monitor de Saúde. (José Araújo Mendes-AIS da comunidade Umariáçu II, 2011)

Ainda no ano de 1989, mais precisamente no mês de setembro essa mesma equipe da UFRJ após ter constatado quais eram as doenças que afetavam os Ticuna, iniciam um Curso de Capacitação para Monitores de Saúde. Com isso as “comunidade escolheram” os monitores que participariam do curso. Nesse momento as comunidades deram preferência aquelas pessoas que tinham uma educação escolar “mais avançada”, como afirma o AIS-José Araújo Mendes “*aqueles que eram mais adiantado*”.

Neste caso, a expressão “comunidade ticuna” não permite identificar as relações de poder que envolveram a indicação dos candidatos à formação. Entretanto, ao observar-se a composição da turma, constatando-se um predomínio significativo de representantes de comunidades de São Paulo de Olivença- espaço onde a resistência tikuna à dominação seringalista foi determinante para a superação desse sistema- o que leva a crer que ela corresponde aos diferentes níveis de envolvimento de líderes tikuna nas mobilizações em torno principalmente, da questão fundiária-fundamental para o surgimento do CGTT. (BRUNO, 2008, p.43-44)

Vale ressaltar que as indicações para participar dos cursos de capacitação estava permeado de negociações, de poder e legitimidade política intra-étnica, bem como também rompimentos de alianças, que por sua vez mantinha seus laços com atores e instituições exteriores ao povo Ticuna. A indicação de um número considerável de agentes de saúde nas comunidades pertencentes ao município de São Paulo de Olivença demonstra muito bem ainda que de maneira não muita expressa o poder político das lideranças do movimento que em sua grande maioria provinham desse município.

O curso de capacitação para Agentes de Saúde Indígena Ticuna ministrado pela equipe de médicos da UFRJ foi basicamente dividido em duas etapas, sendo que a primeira compreendeu um período de 90 dias de aulas teóricas no município de Benjamin Constant/AM. E num segundo momento as aulas práticas foram realizadas na comunidade de Vendaval durante 15 dias. Após receberem as orientações para diagnóstico e procedimentos para o tratamento de algumas epidemias, os Agentes foram orientados, pela então equipe e por dirigentes da OGPTB e CGTT (estes últimos já engajados em outros modelos de organização) *“para que nós pudesse formar uma organização própria já para cuidar só da saúde indígena do povo Ticuna”* (AIS-José Araújo Mendes-comunidade Umariacu II).

Tendo como pano de fundo todo esse itinerário vivenciado pelo povo Ticuna, repleto de alianças, negociações, divisões, conflitos gerados a partir de interesses políticos diversos, é que esse povo através de seus recém formados Agentes Indígenas de Saúde realizam uma reunião no dia 11 de fevereiro de 1990 no Bairro Independente pertencente a comunidade de Campo Alegre no município de São Paulo de Olivença. Nessa reunião evidencia-se as articulações e mobilizações políticas do povo Ticuna, sendo que a partir dessa Assembleia fica estabelecida a criação da Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT), elegendo João Vasquez como presidente, Tertulino Mendes como vice-presidente e Wildo Moçambique como secretário.

A criação da OMSPT além de ampliar o leque de atuações do povo Ticuna revela que havia uma certa insatisfação com a centralização de poder político desempenhado pela CGTT. Esse segmento que funda a OMSPT não visa apenas a resolução de problemas recorrentes no campo da saúde, mas ideologicamente em termos reais utilizaria a organização como um instrumento capaz de lhes proporcionar a ocupação de cargos diferenciados e um status também diferenciado.

Para muitos daqueles que estavam a margem dessa nova esfera política Ticuna, *“a OMSPT há pouco tempo estaria nas mesmas condições do CGTT e OGPTB”*, á que seus

dirigentes faziam parte ou eram indicados por famílias que dominavam os “cargos mais altos” nas organizações. As condições das quais uma parcela da população Ticuna se refere é a dependência da presença de um assessor não índio em meio às discussões e Assembleias de tais organizações. Sendo assim não se poderia falar de autonomia, autogerenciamento mantendo-se em uma condição baixo as orientações de assessores, mesmo sabendo que esses intermediadores que em sua grande maioria são antropólogos trabalham com um projeto inicial que é capacitação de pessoal para que no futuro eles mesmos gerenciem seus projetos.

Apesar de todos os impasses que giravam em torno das organizações Ticuna, a OMSPT a partir do ano de 1990, data de sua criação, vai atuar especialmente no mapeamento das doenças e das condições em que se encontravam o seu povo. Dessa forma os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) constituíam-se como excelentes mediadores entre o povo Ticuna e o órgão responsável pela condução das políticas de atenção a saúde indígena, já que suas atividades proporcionavam uma visibilidade maior sobre os problemas vivenciados pelos Ticuna.

Quando o Estado se fazia omissos as reivindicações dos AIS (mobilizados através da OMSPT), ocorria atitudes mais contundentes por parte destes, utilizando os mais variados meios que pudessem “*abrir os olhos*” do Estado. Em muitos casos houve a ocupação de prédios da FUNAI, FUNASA, com acusações e ameaças diretas aos seus dirigentes. Fica evidente que quando a via formal, institucionalizada de uma Organização não surte efeito, eles recorrem ao embate direto para verem realizados seus objetivos.

Mesmo que no texto a categoria Agentes Indígenas de Saúde apareça antes do ano de 1994, essa categoria ganhará força a partir desse ano, já que como no caso dos professores Ticuna, o termo monitor era preponderante desde 1980 até o início de 1990. Para os AIS essa categorização era uma estratégia do Estado para colocá-los sob uma rotulagem que lhes atribuía um caráter menos expressivo que o termo Agente Indígena de Saúde.

No primeiro curso de capacitação de Agentes Indígena de Saúde desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro apenas um número de 32 comunidades possuíam seus AIS, após os efeitos ocasionados pela epidemia de cólera que atingiu todo o Alto Solimões. Os tikuna através da OMSPT expandem o número de AIS, privilegiando aquelas comunidades que ainda não dispunham desse profissional. Essa estratégia da OMSPT só não foi mais contundente, pois, como diria Regina Erthal (1998, p.140) o acesso aos agentes de mercado, quanto a oferta de cargos, no caso das vias do Estado a das ONGs, é relativamente limitado, passando invariavelmente pelo controle de facções com maior poder de articulação com as respectivas agências de contato. Acrescentaria que essas articulações também são

estabelecidas entre as próprias lideranças das Organizações, que tecem cotidianamente um arranjo político que está sob o poder dos mesmos.

Assumir cargos seja na FUNAI, na FUNASA, DSEI-AS, foi sempre uma pretensão dos Ticuna. Notadamente essa era uma estratégia para estabelecer uma relação mais horizontal com os “brancos”, já que agora estava à disposição deles a possibilidade de ocupar cargos historicamente exercidos pelos brancos. Assim como no caso dos dirigentes do CGTT que passaram a ocupar cargos diferenciados e, que ao mesmo tempo criou uma divisão dentro da organização, fazendo com que aqueles que ficaram de fora organizassem uma outra organização, a Federação dos Caciques das Comunidades da Tribo Ticuna. Semelhante a essa situação ocorreu entre os dirigentes da OMSPT, que sabendo de uma proposta do Departamento de Saúde da FUNASA para a contratação de uma equipe formada por médicos, enfermeiros para atuar na s terras tikuna, alguns coordenadores da OMSPT passaram a defender a inclusão de sete agentes de saúde tikuna na referida equipe (Bruno, 2008, p.113-114).

Essa proposta de inclusão de agentes de saúde nessa equipe da FUNAI proporcionou um descontentamento por parte de Agentes Indígenas de Saúde que ficaram de fora já que a “escolha” não obedeceu a critérios como o tempo de experiência do profissional. A indicação dos Agentes estava intimamente ligada a um círculo de relações de parentesco e alianças. Tendo isso como referência um grupo de AIS da OMSPT lança a proposta de criação de uma outra organização para o Campo da Saúde Ticuna, surge então a Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões (OSPTAS).

O interessante é que os AIS que criticaram a indicação de seus colegas para a FUNAI não percebiam que a organização fundada por eles havia se instituído a partir desses mesmos laços. Guardadas suas especificidades a OSPTAS pretendia congregar um número maior de AIS, tanto que a terminologia Alto Solimões já indicava a ampliação e alcance dessa organização. Dessa forma o povo Ticuna passou a assistir uma “queda de braços” entre a OMSPT e OSPTAS, ambas reivindicando o status de “mais legítima e mais representativa” de seu povo.

Por outro lado assim como afirma o AIS José Araújo Mendes “*a OSPTAS só foi criada porque a OMSPT só dispunha de uma sigla, quer dizer não tinha ata, não tinha regimento, num tinha estatuto*”. Atentando para a ausência de uma condição jurídica, os dirigentes da OSPTAS por ter uma educação escolar “mais avançada” e uma experiência institucional mais clara, em seus discursos afirmavam que a OMSPT por não possuir um caráter jurídico não era reconhecida legalmente pelo Estado e portanto “*não tinham poder*”.

Esses discursos apresentados pelos dirigentes da OSPTAS demonstra muito bem as consequências da incorporação de novas formas de se organizar que mantém longínquas relações com as formas próprias de escolha, indicação e organização do povo Ticuna.

Assim como no caso do CGTT e FOCCITT, a OMSPT e OSPTAS estavam divididas sob dois polos, mas ligadas a um mesmo ponto, de um lado aquele liderado por João Vasquez e do outro por Oswaldo Orato Mendes atual presidente do Instituto de Desenvolvimento e Assistência a Saúde das Sociedades Indígenas (IDASSI). Este último fazendo uso de um discurso com um poder de convencimento muito forte atraiu um número considerável de aliados, desembocando na criação definitiva da OSPTAS, com estatuto, ata e acima de tudo assumindo uma condição jurídica. De início a OSPTAS contava com a participação de 32 comunidades, tendo como diferencial a incorporação de lideranças de comunidades Ticuna pertencente ao município de Tonantins/AM.

Ainda que de maneira conturbada a OSPTAS assim como muitas outras organizações indígenas no Brasil, diante de novas situações sócio-políticas conduzem seus esforços para a constituição de uma organização com caráter jurídico, já que os convênios e financiamentos com instituições de fomento só podem ser concretizados com tal condição. Em termos gerais foram as notícias de implantação de um Distrito Sanitário Indígena no Alto Solimões (DSEI-AS) que polarizou as disputas por obtenção de cargos de Agentes Indígena de Saúde, que poderiam fazer parte de uma equipe médica do órgão.

Em certa medida, assim como afirma Lopes Garcés (2008, p.112): “estás organizaciones han llegado a adquirir el carácter de organismos institucionalizados, lo que les facilita la posibilidad de gestionar recursos con otras instituciones estatales e ONGs para llevar a cabo sus proyectos y objetivos”. Por outro lado essa institucionalização tem orientado o diálogo com o Estado para um viés que cotidianamente tem suas bases apartadas da realidade do grupo, ou seja os projetos financiados por instituições de fomento tem a priori objetivos cristalizados e que não incorporam dirigentes indígenas como produtores de conhecimento. De uma maneira geral o que ocorre com a institucionalização do movimento é a instalação de um comodismo levado a cabo por lideranças indígenas que hoje podem ser interpretados como lideranças indígenas urbanas.

O ¹faccionalismo expresso nas disputas pelo controle do campo da saúde entre a OMSPT e OSPTAS podem ter suas origens em outras esferas de relações, ou seja, conflitos gerados dentro do universo interclânico podem ser expressos e realçados nas disputas pelo

¹ Segundo Barata, 1993 são unidades políticas menos inclusivas do que o próprio grupo tribal ou a aldeia são as chamadas facções.

desejo de ocupar cargos de prestígio e poder político levado a cabo pelas organizações Ticuna. É importante ressaltar que a interação de relações interclânicas e de poder tradicional influencia na adoção de igrejas, instituições e ONG's por parte de facções, clãs ou aldeias Ticuna. Muitas lideranças da OGPTB e CGTT que não obtiveram uma ascensão social e política desejada, se engajaram na criação da OSPTAS como um meio para se apropriarem dos desejos anteriormente fracassados. Isso significa que tais parcerias em maior grau foram constituídas e motivadas pela possibilidade de acesso a atividades remuneradas, de incremento de prestígio nas comunidades e, simultaneamente junto aos poderes políticos locais. (Bruno, 2008, p.114)

Com a implantação do distrito Sanitário Indígena (DSEI-AS) instala-se um novo embate entre as organizações indígenas Ticuna, dessa vez se realiza uma Assembleia Geral para decidir quem ficaria responsável para assumir o convenio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Nesse momento fica evidente que as disputas pelo controle político dos campos da saúde, educação, território fragmenta a implantação de uma nova ordem política em meio ao povo Ticuna. Podemos visualizar essas situações no depoimento de José Araújo Mendes *“e quanto o Distrito pra ser implantado aí todos dois queriam que eles tomassem conta né, então para evitar tudo isso nós reunimos pra ninguém...nem o CGTT nem o FOCCITT mais...mais nós entregar na mão dos padres, a Diocese na época... tomar de conta o Padre Joseney e 15 mese depois num deu certo.*

Após a constatação de várias irregularidades no convenio, as lideranças Ticuna se reúnem no auditório da Escola Estadual Imaculada Conceição no município de Benjamin Constant, para criarem uma organização que pudesse ser capaz de desempenhar de forma satisfatória o convenio com a FUNASA. Dessa forma foi criada a ONG – Organização TOU MAU (OTM) composta por um número considerável de não-indígenas. Fica claro que essa ONG surge apenas para firmar um convenio, ela não tinha nenhum prestígio diante de outras organizações Ticuna.

Não durou muito tempo e a OTM também teve problemas com as prestações de contas do respectivo convenio, ficando ela apenas dois anos à frente do mesmo, de 2000 a 2002. Esse novo problema trouxe à tona toda uma discussão acerca de quem seria o responsável pela condução do convênio com a FUNASA já que essa última desejava que fosse uma organização eminentemente Ticuna a responsável pelo convenio. Após várias discussões e negociações o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) foi eleita a organização que ficaria responsável por *“tocar pra frente”* o convenio com a FUNASA.

Apesar de ter uma atuação destacada no início do convenio, com as prestações de contas em dia, o CGTT começa a sofrer sistematicamente com a burocracia exacerbada da FUNASA em relação aos repasses das últimas parcelas do convenio.

Além de lidar com a burocracia da FUNASA o CGTT teve ainda problemas com o seu contador que segundo os dirigentes do CGTT não correspondia mais com as suas atribuições, deixando de repassar ou atrasando os repasses para os pagamentos de seus funcionários, etc. Como consequência desses impasses o CGTT no ano de 2004 deixa de ser o responsável pelo convenio com a FUNASA e, ainda fica inadimplente não podendo firmar nenhum outro convenio com o Estado, ONG's ou instituições de fomento. O que mais chama a atenção é que a FUNASA não foi, ou ao menos não se sabe se a mesma foi responsabilizada pelo atraso aos repasses e, ainda a atenção a saúde indígena Ticuna voltou para os seus domínios.

Tanto a OSPTAS quanto a OMSPT viviam um dilema desde que a atenção a saúde de seu povo voltou para a esfera administrativa da FUNASA, como seria possível estabelecer um bom nível de saúde nas comunidades se não existiam equipes médicas permanentes. A incessante mudança de chefia na FUNASA acompanhada de trocas das equipes médicas dos polos e postos de saúde Ticuna tinha implicações altamente desfavoráveis ao povo Ticuna, já que eles eram (e hoje em menos proporções) forçados a procurarem atendimento nos hospitais e postos de saúde nas cidades mais próximas.

Os AIS passaram a ser a única base de atividade regular de atendimento à saúde dentro das aldeias, assim como os presumíveis elos de ligação entre as comunidades e as unidades de Referência implantadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde nas sedes municipais. (ERTHAL, 1998, p. 145)

Em muitos casos a OMSPT e OSPTAS enfrentando a ausência de pagamentos dos AIS negociavam com as comunidades a permanência das atividades dos Agentes a partir da colaboração das mesmas, ou seja, os moradores das comunidades deveriam disponibilizar voluntariamente qualquer tipo de ajuda aos AIS, seja com produtos agrícolas, pescado, etc. Como afirma Regina Erthal (1998, p. 146) a continuidade do trabalho dos Agentes nos períodos de ausência dos supervisores (nos quais os salários não eram pagos) se viabilizava através da negociação de uma menor regularidade na realização de tarefas, que possibilitasse um investimento maior de trabalho nas roças.

Houve casos em que a ausência de um médico e enfermeira era tão grande que o Agente Indígena de Saúde do povo Ticuna tinha que desempenhar o papel de médico, dando diagnósticos de doenças, receitando remédios e, orientando como deveria ser seguido o tratamento da doença.

Na atualidade as organizações de saúde do povo Ticuna em consonância com os AIS vêm enfrentando o problema da escassez do pescado em suas comunidades, consequência de todo um histórico marcado pela venda do peixe para o mercado de Letícia.

A pesca predatória dentro dos territórios não se deu de via única, não foram apenas os Ticuna que venderam seus peixes, mas também os invasores de seus lagos. Mas as consequências dessas ações podem ser visualizadas na alta procura que existe por parte dos Ticuna nos mercados da cidade, com um alto índice de consumo de produtos industrializados.

Sistematicamente a dieta alimentar dos Ticuna foi sendo alterada, dando início assim a um alto grau de crianças com problemas de desnutrição, diarreia, etc. Tendo essa realidade como ponto de partida os AIS principalmente da comunidade de Umariáçu II (local que teve mais acesso) iniciaram um movimento de ações que vai desde a orientação dos pais, do bom uso dos alimentos e da orientação para a diminuição do consumo de produtos industrializados em detrimento daqueles alimentos encontrados na própria comunidade, assim como a banana, ingá, abil, mapati, pupunha, cacaxeira cozida e outros.

Na comunidade Umariáçu II próxima a cidade de Tabatinga-AM os Agentes Indígena de Saúde criaram um espaço em que é estabelecida a reunião de diversos alimentos substituídos pelos produtos do mundo industrializado. Eles chamam essa reunião de “*mesa de alimentos regionais*”. Com essa iniciativa eles pretendem diminuir os casos de desnutrição que afeta tantas crianças Ticuna.

Atualmente os AIS puderam se desvencilhar daquela imagem negativa de que “o Agente de Saúde Indígena é preguiçoso”, graças à efetividade de suas atividades frente ao seu povo. E como eles fazem parte das organizações atuantes do campo da saúde (OMSPT e OSPTAS) as mesmas também tiveram seus prestígios renovados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. **Desenvolvimento sustentado entre os Tikuna: as escolhas e os rumos de um Projeto**. Belém, v.1, n.1p. 45-110, Emílio Goeldi, jan-abr. 2005.
- BAINES, Stephen G. **Organizações indígenas e legislação indigenista no Brasil, na Austrália e no Canadá**. Brasília, Universidade de Brasília (UNB), 2001.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas – Fredrik Barth**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 2000.
- BRUNO, Paulo Roberto Abreu. **“Pra frente com a escola: reflexões sobre a educação escolar Tikuna In: Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia/ Patrícia Melo Sampaio e Regina de Carvalho Erthal (org.)**. Manaus: EDUA, 2006.
- BRUNO, Paulo Roberto de Abreu. **Saberes na saúde indígena: estudo sobre processos políticos e pedagógicos relativos à formação de agentes de saúde Tikuna no Alto Solimões (AM), Brasil/Paulo Roberto de Abreu Bruno (Tese de Doutorado)**. Rio de Janeiro, 2008.
- BARATA, Maria Helena. **A antropóloga entre as facções políticas indígenas: um drama do contato interétnico/Maria Helena Barata-Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi**, 1993.
- CHAUMEIL, Jean – Pierre. **“Os novos chefes”- práticas e organizações indígenas na Amazônia Peruana**. História Revista. 165-191, jan./dez. 2000.
- CRUZ, Jocilene Gomes da. **Abordagem Sociológica sobre os Tikuna no contexto contemporâneo- Centro Cultural dos Povos da Amazônia- CCPA. Manaus-AM, 2006**.
- ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. **Museus indígenas: articuladores locais de “tradições e projetos políticos” In: Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia/ Patrícia Melo Sampaio e Regina de Carvalho Erthal (org.)**. Manaus: EDUA, 2006.
- ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. **O suicídio Tikuna na região do Alto Solimões - AM**. Rio de Janeiro. ENSP/FIOCRUZ/MS, 1998. (Tese de Doutorado)
- GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1997.
- <http://www.natutama.org>
- LABURTHE-TOLRA, Philippe. **O projeto de pesquisa –p.424; As técnicas de pesquisa- p.429; Análise- p.437; Apresentação dos resultados- p.437 IN: Etnologia – Antropologia/Philippe Laburthe-Tolra, Jean-Pierre Warnier; tradução de Anna Hartmann Cavalcanti; revisão da tradução Jaime A.Clasen, revisão técnica Antônio Carlos de Sousa Lima. –Petrópolis, RJ: Vozes, 1997**.
- LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória/Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.]**.- 5ª ed.- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper, 1884-1942. **Tema, método e objetivo desta pesquisa IN: Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia/** Bronislaw Malinowski; prefácio de Sir James George Frazer; traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão de Eunice Ribeiro Durham. - 2 ed.- São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATOS, Maria Helena Ortolan. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari/** Maria Helena Ortolan Matos (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2008.
- MEHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.
- NIMUENDAJU, Curt. **Textos indigenistas: relatórios, monografias, carta/ Curt Nimuendaju;** introdução, Carlos de Araújo Moreira Neto; prefácio e coordenação Paulo Suess. São Paulo: Loyola, 1982.
- NEVES, Lino João. **Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemonica dos povos indígenas no Brasil IN: Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural/**Boaventura de Sousa Santos, organizador. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP, 1972.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Enigmas e Soluções.** Brasília: exercícios de Etnologia e de Crítica/ Roberto Cardoso de Oliveira. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos/** Roberto Cardoso de Oliveira. ---4. ed.---Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** 2. Ed. Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **A busca da salvação: ação indigenista e etnopolítica entre os Tikuna In: Ensaio em Antropologia histórica/**João Pacheco de Oliveira Filho; prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Edições UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”:** os Tikuna e o regime tutelar. Rio de Janeiro: Marco Zero/CNPq, 1988.
- ORO, Ari Pedro. **A tradição messiânica Tikuna. IN: Na Amazônia um messias de índios e brancos: para uma antropologia do messianismo.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes em co-edição com a Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-EDIPUCRS, 1989.
- ORO, A.P. **Tükuna: Vida e Morte.** Universidade de Caxias do Sul. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Porto Alegre. Ed. Vozes, 1978.
- PALADINO, Maria. **Experimentando a diferença – trajetórias de jovens indígenas Tuküna em escolas de Ensino Médio das cidades da região do Alto Solimões, Amazonas.** Rio de Janeiro. v.10,n.1,pp.160-181, jan/jun 2010. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/Brasil, 2010.
- PEÑA MÁRQUEZ, Juan Carlos. Mitú: Ciudad Amazonica, Territorialidad Indígena. Leticia:

Universidad Nacional de Colombia, 2010.

POUTIGNAT, Phellippe. **Teorias da etnicidade. Seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**/Phellippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAMOS, Alcida Rita. **Os dirigentes do índio no Brasil: na encruzilhada da cidadania.** Série Antropologia, Brasília, 1991.